PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL

DA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Considerando que:

i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.

ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.

iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.

iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

v. A concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUTS III (coerentes com a estratégia da respetiva NUTS II e de nível nacional) devem contribuir para a prossecução de objetivos temáticos e prioridades de investimento identificados no Acordo de Parceria.

vi. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial são aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais/ Áreas

Metropolitanas, da responsabilidade de uma Comissão constituída por representantes das Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais (PO) mobilizados, das CCDR, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, e por peritos exteriores à Administração Pública.

vii. Com a conclusão do processo de seleção e de aprovação de cada um dos Pactos, a sua gestão será formalmente contratualizada com as AG dos PO financiadores, conforme o previsto no n.º 7 do artigo 65.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro.

viii. Na sequência do convite para apresentação de candidaturas, de 12 de novembro de 2014, para o reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento territorial (EIDT), a 25 de fevereiro de 2015 foi reconhecida, pela respetiva Comissão de Avaliação, a EIDT para a NUTS III Terras de Trás-os-Montes.

ix. A 17 de março de 2015 foi publicado o Convite nº 3/ 2015 para apresentação de candidaturas visando a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

x. O processo de seleção dos PDCT envolveu duas fases, conforme previsto no ponto 4.6 do Convite, a 1ª fase relativa à avaliação da coerência e qualidade do PDCT e a 2ª fase relativa à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do Pacto.

xi. O processo de negociação, correspondente à 2ª fase, permitiu concluir um acordo entre as Autoridades de Gestão dos PO financiadores e a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte, neste ato representada por Emídio Gomes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro.

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR), neste ato representada por Helena Azevedo que outorga na qualidade de

Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), neste ato representada por Domingos Lopes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

e a

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, Américo Afonso Pereira.

O presente Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial tem a natureza jurídica de um contrato e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos Anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (adiante designado de Pacto) é celebrado ao abrigo do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão (AG) dos PO financiadores apoiam o programa de ação acordado com a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (adiante designada por Comunidade Intermunicipal), e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento do Pacto, as Autoridades de Gestão dos PO financiadores asseguram para o período de vigência do Programas um apoio global de Fundo que totaliza 58.122.943,23 euros.

2. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte assegura um apoio de 27.498.255,80 euros FEDER e de 24.058.585,26 euros FSE, que totalizam um montante de 51.556.841,06 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.

3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR) assegura um apoio de 625.875,00 euros do Fundo de Coesão, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.

4. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) assegura um apoio de 1.786.487,12 euros do FSE, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.

5. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 4.153.740,05 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 1.

6. Os compromissos assumidos para algumas das prioridades de investimento estão condicionados à conclusão dos processos de mapeamento previstos nos textos dos PO, nos casos em que se aplicam.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A Comunidade Intermunicipal compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos PO financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às prioridades de investimento/ tipologias de operações contratualizadas no Pacto (Anexo 2).

2. Nos termos do n.º 10 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, o Pacto integra uma reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação prevista na cláusula 2.ª, ao nível do PO e Fundo, que não poderá ser comprometida até à conclusão da avaliação prevista no número seguinte.

3. O Pacto é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas, conforme definido no ponto 9.2. do convite n.º3/2015 ao abrigo do qual o presente Pacto foi selecionado.

4. A Comunidade Intermunicipal, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos PO financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.

5. De forma autónoma à avaliação referida no número 3 da presente cláusula a Comunidade Intermunicipal compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do Pacto, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2019, com informação reportada até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente Pacto produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas Operacionais e não for denunciado por algum dos subscritores.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do Pacto

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes enquanto organismo intermédio, onde se

incluem os elementos previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, serão objeto de adenda ao presente contrato, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos PO financiadores na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma.

2. Relativamente ao FEADER, a delegação de competências associada à concretização do presente Pacto será também objeto de adenda a celebrar entre a AG do PDR 2020 e a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

3 – Fazem ainda parte integrante do Pacto os seguintes anexos:

Anexo 1: Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Anexo 2: Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

Anexo 3: Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Guimarães, 5 de agosto de 2015

O presente Pacto é feito em quintuplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE2020)

Emídio Gomes

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR)

Helena Azevedo

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)

Domingos Lopes

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Patrícia Cotrim

O Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes

Américo Afonso Pereira

ANEXO 1

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Anexo 1

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Terras de Trás os Montes

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Prioridade de Investimento/Medida	Programa Operacional	FEDER	FSE	Fundo de Coesão	FEADER	Fundo Total
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha	PO NORTE	2.926.289,17				2.926.289,17
03.M04 - Investimentos em ativos físicos	PDR 2020				4.153.740,05	4.153.740,05
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	PO NORTE	5.790.174,28				5.790.174,28
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	PO SEUR			522.750,00		522.750,00
06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos	PO SEUR			103.125,00		103.125,00
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	PO NORTE		8.734.465,76			8.734.465,76
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	PO NORTE	2.675.864,02				2.675.864,02
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	PO NORTE		9.908.802,77			9.908.802,77
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	POISE		274.099,19			274.099,19
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	POISE		1.512.387,93			1.512.387,93
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	PO NORTE	3.355.928,33				3.355.928,33
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	PO NORTE		5.415.316,73			5.415.316,73
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	PO NORTE	12.750.000,00				12.750.000,00
	Total	27.498.255,80	25.845.072,38	625.875,00	4.153.740,05	58.122.943,23
	Total PO NORTE	27.498.255,80	24.058.585,26			51.556.841,06
	Total PDR 2020				4.153.740,05	4.153.740,05
	Total PO SEUR			625.875,00		625.875,00
	Total PO ISE		1.786.487,12			1.786.487,12

ANEXO 2

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Anexo 2

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Terras de Trás os Montes

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho (realização e resultado) para 2018 e 2023

Prioridade de Investimento/Medida - Programa Operacional (Fundo)	Indicadores						
	Designação	Tipo de Indicador	Unidade de Medida	Valor base	Meta		Dotação Fundo Contratado
					2018	2023	
02.03 - PO NORTE (FEDER)	Serviços da Administração Pública apoiados	Realização	N.º	0	1	4	2.926.289,17
	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	Resultado	%	33%	33%	67%	
	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	Resultado	%	19,70%	19,70%	50%	
03.M04 - PDR 2020 (FEADER)	Segurança barragens - Nº de projetos	Realização	N.º	0	6	6	2.202.350,00
	Segurança barragens - Despesa pública contratada	Realização	Euros	0	2.591.000	2.591.000	
	Regadios tradicionais - Área a beneficiar	Realização	ha	0	515	644	1.951.390,05
	Regadios tradicionais - Despesa pública contratada	Realização	Euros	0	1.836.602	2.295.753	
04.03 - PO NORTE (FEDER)	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	Realização	kWh/ano	0	2.792.908	11.171.630	5.790.174,28
	Consumo de energia primária na administração regional e local	Resultado	tep	235.365	234.275	229.915	
05.02 - POSEUR (Fundo de Coesão)	Infraestruturas Operacionais de Protecção Civil Requalificadas	Realização	N.º	0	1	2	459.000,00
	Tempo de resposta às ocorrências de incêndios florestais	Resultado	%	0	10%	15%	
	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizac	Realização	N.º	0	0	3	63.750,00
	Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	Realização	N.º	0	0	3	
	Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	Resultado	N.º	0	0	12	
06.01 - POSEUR (Fundo de Coesão)	Campanhas, Ações ou Estudos de Sensibilização e Informação	Realização	N.º	0	9	18	85.000,00
	Produtos de comunicação, divulgação e sensibilização	Realização	N.º	0	6	11	
	População abrangida pelas Campanhas de Sensibilização e informação	Realização	N.º	0	47.011	94.022	18.125,00
	Grau de adesão do público-alvo da campanha /ação	Resultado	%	0	40%	80%	
08.03 - PO NORTE (FSE)	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Realização	N.º	0	699	1.165	8.734.465,76
	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	Resultado	N.º	60%	60%	70%	
08.08 - PO NORTE (FEDER)	Empresas que beneficiam de apoio	Realização	N.º	0	21	107	2.675.864,02
	Postos de trabalho criados	Resultado	N.º	0	30	150	
09.01 - PO NORTE (FSE)	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	Realização	N.º	0	2.378	3.964	9.908.802,77
	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	Resultado	N.º	37%	37%	42%	
09.01 - PO ISE (FSE)	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	Realização	N.º	0	173	461	274.099,19
	Entidades que aderiram a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado	Resultado	%	-	70%	90%	
09.04 - POISE (FSE)	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	Realização	N.º	0	4	9	1.512.387,93
	Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	Resultado	%	-	70%	90%	
09.07 - PO NORTE (FEDER)	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	Realização	N.º	0	3	13	3.355.928,33
	Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados	Resultado	%	-	5%	10%	
10.01 - PO NORTE (FSE)	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Realização	N.º	0	1	1	5.415.316,73
	Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	Resultado	N.º	-	2.717	4.076	
10.05 - PO NORTE (FEDER)	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	Realização	N.º	0	590	2.361	12.750.000,00
	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	Resultado	%	82%	82,39%	83,09%	
Total Geral							58.122.943,23

ANEXO 3

PACTO aprovado pelas AG dos Programas financiadores

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-022

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
EIDT-99-2015-02	Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
510957544	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Morada (Sede Social)

Rua Visconde da Bouça Apartado 238

Código Postal	Localidade
5300-318	BRAGANÇA
NUT III	**NUT II**
Terras de Trás-os-Montes	Norte
Telefone	**E-mail**
273327680	geral@cim-ttm.pt
Telefax	**URL**
273331938	http://cim-ttm.pt/

Tipologia de Beneficiário

Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável	Telefone Responsável
Rui Afonso Cepeda Caseiro	273 327 680
Cargo Responsável	**Telemóvel Responsável**
Primeiro Secretário da CIM-TTM	932 550 361
Serviço/Departamento	**Email Responsável**
CIM-TTM	rui.caseiro@cim-ttm.pt
	Email Alternativo

Experiência do Promotor

Experiência do Promotor na implementação de Pactos

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]

A CIM das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) é uma entidade que resulta da cisão da CIM de Trás-os-Montes, donde originou esta Comunidade e a CIM do Alto Tâmega. Neste sentido, pode-se assumir que a experiência "profissional" desta entidade é mais antiga que a sua existência, pelo que revela uma vasta experiência nas seguintes funções: gestão de fundos comunitários; organismo intermédio da Autoridade de Gestão do ON.2; implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento; acompanhamento físico e financeiro de operações co-financiadas pelo ON.2 e promotor de diversas candidaturas.
A CIM-TTM desenvolveu e implementou diversos estudos e projetos, nomeadamente:
(1)O Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI) para o período 2014-2020 tendo sido o grande desafio da CIM-TTM durante o ano 2014. Este Plano foi amplamente participado por todos os Municípios, stakeholders locais, agentes económicos e entidades locais das diversas áreas, resultando na concertação de uma visão para a região no sentido de esta ser reconhecida nacional e internacionalmente como uma eco região de excelência, com condições distintivas que oferece uma qualidade de vida diferenciada, para residentes e turistas, utilizando os valores naturais e produtos de excelência como principais alavancas. Esta visão alavancou a identificação dos Objetivos Estratégicos para a região, organizados por Eixos de Desenvolvimento Estratégico (EDE) que sistematizam e representam as principais áreas de focos para o desenvolvimento futuro: o Desenvolvimento Rural, o Turismo e o Ambiente.
(2)O Estudo do Potencial Cinegético e Piscícola das Terras de Trás-os-Montes visa a definição de uma estratégia de gestão e valorização cinegética e piscícola do território numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, bem como a definição de i) eixos estruturais de promoção e projeção desses recursos (melhorando a qualidade de vida das populações),ii) uma estratégia de participação coordenada e orientada dos diversos atores, que intervêm nas atividades cinegéticas e piscícolas, e iii) uma estratégia de integração da oferta cinegética e piscícola com outros segmentos, tais como o turismo, desporto e outras atividades relacionadas com a natureza.
(3) O objetivo da elaboração do Plano de Mobilidade e Transportes é i) a análise, o diagnóstico e a caracterização da situação atual em termos de mobilidade e transportes rurais em articulação com a rede de transportes escolares, ii) a avaliação e a priorização das necessidades globais de intervenção ao nível da mobilidade e transportes e iii) a definição de um sistema e de uma rede coerente de mobilidade e transportes rurais e escolares, que permita optimizar a mobilidade em territórios de baixa densidade no espaço geográfico abrangido pela CIM-TTM.
(4) A realização do Plano de Marketing Territorial teve como principal objetivo identificar e caracterizar os produtos e projetos a promover dentro e fora do espaço geográfico da CIM-TTM, que permitam aumentar as mais-valias socioeconómicas, culturais e ambientais.
Com esta estratégia pretende-se que o território se afirme como um exemplo regional de referência na qualidade de vida, com uma marca identitária forte e uma notoriedade externa, materializada ao nível local no aproveitamento das suas mais-valias.
Para tal, pretende-se uma estratégia de marketing construída de forma comum e executada de forma articulada entre os nove Municípios que constituem a CIM-TTM, valorizando os ativos e tornando eficaz a divulgação e promoção do território, com uma estratégia de comunicação comum, na qual os Municípios sejam apresentados de forma integrada como um destino com qualidade de vida, onde os visitantes poderão usufruir conjuntamente de sensações distintas. É também definida a estratégia de comunicação integrada do espaço geográfico da CIM-TTM, orientada para o mercado e estruturada em torno da oferta focada nas principais potencialidades dos nove Municípios, para que quem visite ou se queira instalar, não tenha como destino um só concelho, mas antes tenha motivação para visitar vários concelhos do território das Terras de Trás-os-Montes.
(5) O Estudo de Sustentabilidade das Estruturas de Protecção Civil visa a caraterização sociográfica das estruturas de proteção civil existentes, explicitando as suas competências no seu domínio de intervenção; a inventariação dos mecanismos de articulação entre as mesmas; a avaliação da sustentabilidade económica e operacional das estruturas de proteção civil com identificação de vulnerabilidades físicas e estruturais. Simultaneamente visa a identificação de propostas de melhoria e de mecanismos de articulação que assegurem a coordenação dessas estruturas em situações de acidente grave ou catástrofe, e de planeamento civil de emergência (situações de crise ou guerra), bem como a definição de modelos de cooperação interinstitucional que promovam a proteção das populações, a salvaguarda do património e do ambiente.

Copromotores Não Municipais

NIF	Designação	Prioridade Investimento
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
505542331	RESIDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.	Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;
509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
600000354	DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	Valorização dos recursos florestais
600082440	DIREÇÃO GERAL AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	Valorização dos recursos florestais
510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE (IPDJ)	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE (IPDJ)	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
508069645	Parque Escolar, EPE	Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;

Caracterização do Pacto

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Terras de Trás-os-Montes

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial
Situação atual do território

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) é uma entidade de âmbito territorial NUTSIII - Terras de Trás-os-Montes, integrante da NUTSII Norte, que se estende por 5.537,7 km² e agrega os Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais. Com aproximadamente 114 mil habitantes, a região caracteriza-se pela baixa densidade populacional (21 habitantes por km², em 2013 - CIC Portugal 2020) e pela sua riqueza histórico- cultural, ambiental, natural e gastronómica (sendo um território que está a apostar estrategicamente na valorização do setor do turismo). Nos últimos anos, a região tem seguido a tendência demográfica de perda do número de residentes da região Norte, reflectindo-se num aumento da proporção de população muito envelhecida e uma perda de população jovem acentuada (entre 2011 e 2013, registou-se uma perda de 3.949 habitantes no total, aproximadamente 3% - INE). Considerando o aumento da esperança média de vida, a diminuição das taxas de natalidade e uma estrutura demográfica envelhecida, os índices de envelhecimento (257,1 idosos por cada 100 jovens, na região face a 122 idosos por cada 100 jovens no Norte ± 2013) e dependência de idosos são elevados. Esta situação coloca um desafio não só à capacidade de resposta social, mas também à própria bolsa de trabalho no que concerne à disponibilidade de mão-de-obra para o futuro, com impacto no dinamismo da região. Neste contexto de poucos jovens e um número considerável de idosos, tem-se afirmado a necessidade de intervir junto da população idosa e criar meios para atrair e fixar população a partir do aumento dos apoios sociais, saúde e educação, garantindo o atingimento de um duplo benefício: renovar a estrutura social e a assistência à população e melhorar a capacidade produtiva. A qualificação da população surge como um fator decisivo para a promoção de uma economia mais inclusiva, ao potenciar a empregabilidade e promover a competitividade empresarial. A região registou uma melhoria significativa dos níveis de analfabetismo entre 2001 e 2011 (a taxa da região desceu 6%, destacando-se os municípios de Vimioso e Miranda do Douro). Todavia, a região continua a apresentar elevados níveis de analfabetismo bem como de abandono escolar, em particular quando comparada com a realidade nacional (tx de analfabetismo da região de 11,46% face a 5,22% em Portugal; tx de abandono escolar da região de 1,85% face a 1,58% em Portugal ± 2011). Este cenário reflete a necessidade de continuar a reforçar os investimentos no setor da educação (especialmente na formação, com o intuito de fornecer ferramentas/programas para uma participação ativa no mundo do trabalho) de modo a capacitar a região de população qualificada, influenciando positivamente o desenvolvimento económico-social. Apesar do número de equipamentos escolares estarem alinhados com as metas definidas para a Região Norte, é fundamental continuar a investir na rede escolar, nomeadamente: nas escolas do 2º e 3º ciclo do ensino básico e secundário, importa a realização de investimentos em equipamentos e de requalificação das escolas

que se encontram degradadas e/ou cuja requalificação corresponde a soluções de reorganização da rede; no pré-escolar e 1º ciclo básico, destaca-se a necessidade de realizar intervenções selectivas na rede e em equipamentos que promovam a racionalização da mesma. O desempenho económico está estreitamente relacionado com o mercado de trabalho. Na região, a taxa de desemprego é inferior à média nacional (11,13% na região face a 13,18% em Portugal - 2011), não apresentando, em termos estatísticos, diferenças significativas entre população do género masculino e feminino. Destaca-se, em 2014, o setor terciário, com a taxa de desemprego mais elevada (56%), e o setor primário, com a taxa mais baixa (14%). Em termos de faixa etária, registou-se um aumento do número de desempregados entre os 35 e os 54 anos, no período entre 2013 e 2014 (decrescimento de 6% - IEFP). À semelhança da tendência nacional, observou-se um aumento do número de beneficiários de Rendimento Social de Inserção - RSI (o número de beneficiários de RSI por 1.000 habitantes em idade ativa sofreu uma variação entre 20% a 30%, entre 2011 e 2013). Neste contexto de fragilidades sociais, potenciadas por uma economia pouco dinâmica, os municípios, em conjunto com as IPSS e outros parceiros, disponibilizaram diversos serviços para providenciar apoio às populações em risco (famílias carenciadas e com dificuldades financeiras). Contudo, para continuar a assegurar a promoção da inclusão social, a CIM pretende criar/ reforçar as respostas sociais através da constituição de uma rede intermunicipal dedicada à população envelhecida e aos jovens em idade de escolaridade obrigatória, promovendo a retenção e a empregabilidade da população jovem que estuda na região. Relativamente ao tecido empresarial, a região é caracterizada por uma reduzida intensidade tecnológica. A região é constituída, predominantemente, por empresas de dimensão reduzida em termos de número de colaboradores (98% têm menos de 10 trabalhadores e 2% têm mais de 10 colaboradores), sendo estas, essencialmente, empresas individuais com uma gestão, em geral, familiar. Assim sendo, a região tem um investimento empresarial pouco significativo no contexto da região Norte, resultando numa menor competitividade externa. Em termos de setores de atividade, o setor agroindustrial assume predominância na dinâmica da região, resultante da presença de recursos agrícolas e florestais abundantes (cerca de 38% do território é considerado Superfície Agrícola Utilizada). Este setor é predominantemente de cariz individual e o seu desenvolvimento deve-se às cooperativas/agrupamentos, que têm funcionado como facilitadores na

comercialização dos produtos. O crescimento deste setor deveu-se, igualmente, ao aumento dos investimentos por parte de jovens agricultores, cujas atividades se centram no cultivo hortícola, frutícola e micológico (não descurando a produção pecuária de bovinos, ovinos, caprinos e suínos). As estruturas de apoio na área da ciência, tecnologia e inovação (viveiros) encontram-se insuficientemente desenvolvidos, sendo fundamental melhorar a gestão do conhecimento, tanto a nível empresarial como administrativo, para apoiar e atrair a criação de investimento empresarial sustentável e potenciar a competitividade das empresas, considerando as necessidades locais da região. Em termos de inovação, a região apresenta um nível Moderate Innovator, segundo o Regional Innovation Scoreboard, sendo, contudo, necessário continuar com o desenvolvimento de medidas que promovam a inovação, ao nível de empreendedorismo em áreas essenciais (ex.: agroalimentar; turismo; energias renováveis). Considerando a redução do tecido empresarial registada desde 2011 (aproximadamente 7,2%) em paralelo com o decréscimo da população empregada, e o potencial de desenvolvimento associado à riqueza dos produtos endógenos agrícolas e turísticos da região, faz sentido contrariar esta tendência negativa a partir da maximização do valor dos recursos endógenos atrativos ao investimento empresarial, e nomeadamente externo, e capaz de incutir um forte espírito empreendedor na região. Importa, neste contexto, referir o papel impulsionador das Associações Comerciais e Empresariais na região e a potencial da localização estratégica deste território, que poderão gerar um forte contributo para o desenvolvimento do tecido empresarial da região. Quanto ao setor da energia, a região regista um consumo total de energia elétrica por consumidor inferior ao registado em Portugal (cerca de 24,5% da energia eléctrica produzida em Portugal é originária da região de Alto Trás-os-Montes, onde está inserida a CIM-TTM- Direção-Geral de Energia e Geologia). Este cenário, que se deve à riqueza de recursos naturais de que dispõe, coloca a região como uma das regiões do país com maior concentração de potência renovável (Bragança contribui com 14% de energia renovável). Nesta temática, é relevante ter em conta que as estações do ano são caracterizadas por Invernos e Verões rigorosos, e uma porção significativa dos edifícios não está preparada para realizar uma gestão eficiente da energia. Neste sentido, a região pretende continuar a evoluir e a afirmar-se como ecoregião, nacional e internacionalmente, bem como uma smart region, usufruindo dos recursos naturais a partir da produção de energias renováveis para autoconsumo, bem como, investindo nas infraestruturas públicas da administração local. Esta atuação permitirá a prossecução de um duplo benefício: ambiental e económico (melhorando a fatura energética e subsequentemente, reduzindo a despesa). A proteção, promoção e rentabilização dos recursos naturais e florestais passa igualmente pela prevenção e gestão de riscos naturais. Na região, os incêndios florestais merecem atenção, dado que em 2013 registaram-se 335 incêndios. Estes valores assinalam a necessidade de criar modelos de prevenção e resolução de situações de incêndio, bem como de capacitar as instituições envolvidas em termos de equipamentos, infraestruturas e intervenções no território numa lógica intermunicipal. Ao nível do ambiente, em 2013 os municípios desta região tiveram como despesa 10.967.000 Euros, mais do triplo do que foi gasto em 1993, em gastos que variaram entre a gestão de resíduos e a proteção da biodiversidade e paisagem.

Em suma, a região enfrenta desafios importantes no combate ao despovoamento, ao declínio económico, aos desequilíbrios educativos e à ineficiência energética. Para tal, é necessário identificar respostas pertinentes eficazes, e eficientes, que permitam uma evolução positiva da relação entre a região e os seus habitantes, reforçando os objetivos da estratégia de desenvolvimento da região desta CIM, cujo foco é o:

Desenvolvimento Rural, identificando inequivocamente a região e diferenciando-a das restantes, pela especificidade e qualidade, atraindo população e enaltecendo o estilo e qualidade de vida proporcionados; promovendo o desenvolvimento económico e social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população;

Ambiente, potenciando a sustentabilidade energética, valorizando, protegendo e utilizando de forma sustentável os recursos naturais e paisagísticos;

Turismo (indiretamente), estimulando o investimento, investigação, desenvolvimento e inovação do território.

Análise SWOT

Principais Oportunidades	Principais Ameaças

Estratégias de sustentabilidade energética: Valorização das energias renováveis, da eficiência energética e de uma economia de baixo carbono, tanto a nível nacional como europeu;
Mudança do paradigma dos investimentos: Possibilidade de orientar o ciclo de investimentos na região para a criação de oportunidades de emprego, e desenvolvimento económico e de estruturas de apoio na área da ciência, tecnologia e inovação, numa lógica intermunicipal;
Valorização dos recursos endógenos: Promoção do equilíbrio entre a preservação do património natural e desenvolvimento de atividades económicas;
Cooperação entre instituições da região: Capitalização da comunicação e articulação entre as instituições locais, e da capacidade dos gabinetes de apoio e das associações de desenvolvimento gerarem resultados a uma escala local, reforçando as políticas sociais na região.

Principais Pontos Fortes

Dinâmica e qualidade do setor primário: i) autossustentabilidade da região, suportada no elevado peso do setor agrícola e abundância de recursos naturais; ii) diversidade regional de produtos de qualidade, muitos deles com certificação de qualidade reconhecidos na União Europeia, e outros com potencial de certificação;
Capacidade de geração de energia a partir de fontes de energia renováveis: Características geográficas do território permitem a forte exploração e potencial para a produção de energias renováveis;
Oferta de respostas sociais: Boa capacidade da rede social de modo a responder aos fenómenos de exclusão e dinâmicas sociais negativas da população sénior e população de risco;
Proximidade com Espanha: Experiências prévias em colaborações transfronteiriças, conferindo à região a capacidade de colaboração em projetos integrados.

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Limitação da capacidade de renovação demográfica: Dificuldades em combater o despovoamento da região, garantindo a fixação de população ativa jovem e qualificada;
Renovação de investimentos na região: dificuldade em atrair investimento externo, devido à localização periférica da região, baixo nível de formação da população e à escassez de empresas parceiras na zona;
Crise económica: restrições de crédito às empresas e do consumo das famílias;
Limitação da capacidade de renovação demográfica: Dificuldades em combater o despovoamento da região, garantindo a fixação de população ativa jovem e qualificada;
Envelhecimento e empobrecimento da população: Sustentabilidade das instituições de saúde e economia social, considerando o envelhecimento da população e as dificuldades financeiras dos seus utentes.

Principais Pontos Fracos

Baixos níveis de formação e qualificação: Níveis de formação e qualificação da população inferior à média nacional (peso significativo de população com níveis de formação ao nível primário);
Processo progressivo de regressão demográfica: Baixa densidade populacional em comparação com a média nacional e respetivo despovoamento do território, resultando no envelhecimento da população, influenciado pelo êxodo da população jovem para fora da região (fator que pode ter impacto na criação de riqueza por via da perda de população em idade ativa);
Reduzida competitividade: Número e dimensão das empresas da região bastante reduzidos, revelando-se como um entrave à empregabilidade da região;
Carências de investimentos em TI: Reduzido grau de utilização de tecnologias da informação por alguns segmentos da população, prejudicando a competitividade da região a este nível

A partir da análise SWOT é possível visualizar a região da CIM TTM como um todo, permitindo identificar 4 vertentes de desafios - População; Serviços sociais; Tecido empresarial; Parceiros que limitam o desenvolvimento socioeconómico da região e cuja consideração será tida em conta aquando da elaboração do Programa de Ação e Investimento.
Perante a atual situação económica e social, e as tendências demográficas da região, o desafio da população consubstancia-se no crescente envelhecimento e despovoamento da região. Importa, portanto, inverter este cenário, atrair e fixar população (preferencialmente jovem), realizando investimentos na educação e no desenvolvimento local (inovação social; emprego; empreendedorismo; participação das comunidades no desenvolvimento do território).
Em termos dos serviços sociais, importa reforçar as respostas sociais à população mais carenciada, marginalizada e em risco (que tem registado um aumento nos últimos anos), a partir de prestações de serviços numa lógica de rede, tornando-as mais eficazes e eficientes.
Os desafios que impactam o Tecido empresarial, estão estreitamente ligados à População e Serviços Sociais Adicionalmente, importa realizar investimentos que visem a captar, reter e apoiar a criação de empresas, utilizando as infraestruturas existentes (para tirar partido do seu real potencial) a partir da i) promoção e aumento da competitividade da oferta endógena (produtos e recursos), ii) promoção da inovação nas áreas/ setores relevantes para a região e iii) construção de novos caminhos de diálogo entre diversas CIM. Neste sentido, importa, também, assegurar o desenvolvimento sustentável e níveis de abertura e atratividade elevados, de modo a promover externamente o território, transmitir a imagem de um território que dispõe de recursos físicos, naturais e humanos para produzir riqueza e proporcionar emprego.
Outro desafio é o reforço da cooperação e dos laços de confiança (a partir de politicas de coesão territorial) entre os parceiros, visando afirmar a região com uma identidade forte e competitiva. Existe, também, o desafio de mobilizar os agentes económicos, sociais, culturais e institucionais, visando criar uma comunicação mais simples e eficaz com vista a promover a empregabilidade na região.
Adicionalmente, importa reforçar as cooperações e parcerias com Espanha, reforçando as relações atuais e as oportunidades a nível de educação e empresarial.
Complementarmente, existem factores críticos que permitirão potenciar os desafios referidos, de forma a assegurar que o Pacto seja desenvolvido segundo um conjunto de premissas que influenciarão o alcance dos objetivos, orientando os projeto para o sucesso. Estes factores críticos de sucesso são:
- Alinhamento entre a estratégia da CIM, a visão e orientações da região Norte e as orientações nacionais;
- Articulação entre os órgãos e os actores chave (stakeholders) relativamente aos projetos;
- Criação de um espírito supra municipal para o sucesso das medidas, sem criar uma lógica de silos;
- Acompanhamento e avaliação rigorosa dos projeto/iniciativas;
- Existência de abjetivos e metas exequíveis e instrumentos que permitam a sua monitorização;
- Definição dos processos (canais e rotinas) de comunicação com os parceiros e copromotores;
- Capacitação da equipa técnica da CIM

Estratégia
Objetivos e vocação específica do ITI

Para garantir a prossecução da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), a região TTM pretende usufruir das oportunidades e potencialidades delineadas no ITI. Este instrumento emana as premissas estratégicas fundamentais para a Europa (Europa 2020), Portugal (Portugal 2020) e a região (Norte 2020), servindo, portanto, como base para a definição dos objetivos do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes.
Neste sentido, a região irá realizar um percurso via Pacto, consistente e coerente com a sua:
- Visão: a região pretende ser reconhecida nacional e internacionalmente como uma ecoregião de excelência, com condições distintivas, que oferece uma qualidade de vida diferenciada, utilizando os valores naturais e produtos de excelência como principais alavancas;
- Missão: pretende potenciar, juntamente com os seus municípios e stakeholders locais, a promoção do desenvolvimento sustentável da região, reforçando a sua identidade partilhada e o cariz distintivo do território das Terras de Trás-os-Montes, particularmente a qualidade de vida e os seus produtos endógenos.
Adicionalmente, importa não descurar a realidade da região em termos de necessidades e potencialidades, e as cooperações com agentes locais e regionais, e transfronteiriças (Espanha).
Resultante da análise de atratividade, dos desafios e das "forças" identificadas na região, o posicionamento estratégico perspetivado para a mesma está assente em cinco fatores-chave, comuns a todos os municípios, que serão as linhas orientadoras das medidas a implementar:
- Estratégias supramunicipais: Realização de investimentos numa lógica intermunicipal, desenvolvendo áreas tais como a qualificação da população, a fixação de jovens, a competitividade empresarial e os apoios na

ciência, tecnologia e inovação;
- Valorização dos produtos da região: Aumento da competitividade e diferenciação, considerando o potencial de alguns mercados inexplorados, e a variedade e qualidade de produtos; aumento do investimento nos principais produtos endógenos da região;
- Atração de população residente: Fixação de população residente (jovem e qualificada), contribuindo para a dinamização económico-social da região através de ofertas de respostas sociais;
- Caraterização geográfica: As características geográficas do território permitem a exploração do forte potencial para a produção de energias renováveis, bem como o investimento em produtos da região, tendo em vista o aumento das cooperações com Espanha;
- Cooperação com agentes locais: Envolvimento e participação dos principais agentes públicos e privados da região e de Espanha, garantindo cooperações multisetoriais;
- Considerando os Programas Operacionais regionais e temáticos e os respetivos objetivos temáticos, a região estruturou dois eixos estratégicos - Desenvolvimento Rural e Ambiente -, que se concretizam em objetivos estratégicos, que deverão ser alcançados a partir da realização do ITI.
O eixo 01 Desenvolvimento rural visa a criação de processos que fomentem o crescimento económico-social da região; os objetivos estratégicos deste eixo são:
- Otimizar os recursos de exploração agrícola, pecuária e florestal;
- Melhorar a rede de apoio às empresas, com especial enfoque nos sectores agrícola e pecuário;
- Fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial;
- Apoiar a inclusão social, com vista à diminuição da pobreza;
- Promover a sustentabilidade económica e social, com vista ao repovoamento do território.
Por sua vez, o eixo 02 Ambiente visa a realização de investimentos de modo a potenciar o conceito de Ecoregião, garantindo melhores condições ambientais para as gerações futuras e para a sustentabilidade atual; os objetivos estratégicos são:
- Potenciar a sustentabilidade energética;
- Valorizar e proteger de forma sustentável os recursos naturais e os cidadãos.
Estes objetivos estratégicos consubstanciam-se, por sua vez, na prossecução de objetivos específicos (OE; não exclusivos aos anteriores) que estão alinhados com as Prioridades de Investimento (PI) mais relevantes do ITI para a prossecução da visão, da missão e de cada um dos eixos estratégicos definidos. Deste alinhamento, resultam indicações específicas de possíveis "medidas a implementar" "investimentos a realizar" (não exclusivas por OE e PI) na região entre 2016 e 2023, a nível de diversas temáticas.
O OE "melhoria da rede de infraestruturas e de serviços de apoio às empresas" incentiva a criação de emprego por conta própria e de empresas por desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas; as medidas no âmbito deste OE, devem focar-se na: PI 8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras; PI 8.8 Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas.
O OE "promoção do território e oferta endógena" incentiva a criação de emprego por conta própria e de empresas por desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas; as medidas no âmbito deste OE, devem focar-se na PI 8.3 criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.
O OE "otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, cinegética e piscícola" visa a requalificação e modernização dos regadios tradicionais e colectivos existentes; as medidas no âmbito deste OE, devem focar-se na PI 3.4 infraestruturas coletivas - Desenvolvimento regadio eficiente; Eficiência dos regadios existentes; Drenagem e Estruturação Fundiária.
O OE "apoio à inclusão social" visa a redução da pobreza, a exclusão social e o desemprego em territórios urbanos problemáticos, promovendo iniciativas de inclusão social a partir da realização de parcerias de caráter inovador e/ou experimental, e qualificando e aderindo à atual rede de serviços e equipamentos sociais, a satisfação das necessidades da população; as medidas no âmbito deste OE, devem focar-se na: PI 9.1 Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade; PI 9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral; PI 9.7 Investimentos nas infra-estruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.
O OE "promoção de uma região ambientalmente autossustentada" incentiva o aumento da eficácia energética nas infraestruturas públicas da administração local a partir da implementação de medidas integradas de promoção da eficiência energética, racionalizando os consumos e valorizando os resíduos através da redução da produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem; as

medidas no âmbito deste OE, devem focar-se nas: PI 4.3 Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infra-estruturas públicas; PI 6.1 Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos.
O OE "promoção de ensino sustentável" visa promover a melhoria do sucesso educativo dos alunos a partir da redução das saídas precoces do sistema educativo, do combate ao insucesso escolar e do reforço das medidas que promovem a equidade no acesso à educação básica e secundária, e requalificar/modernizar as instalações da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para colmatar situações deficitárias e melhorar as condições e qualidade do sistema de ensino; as medidas no âmbito deste OE, devem focar-se na: PI 9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral; PI 10.1 Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação; PI 10.5 Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infra-estruturas educativas e formativas.
Finalmente, o OE "promoção da eficiência das administrações e organismos públicos" evidencia orientações para a modernização e maior eficiência dos serviços da administração local de natureza local e regional através das TIC, com o objetivo de redução de custos de contexto e aproximação dos serviços à população e às empresas, e reforçar a gestão face a riscos numa perspectiva de resiliência a partir da capacitação das instituições envolvidas; as medidas no âmbito deste OE, devem focar-se na: PI 2.3 Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha; PI 5.2 Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes.
O Pacto reforça, portanto, a visão estratégica de longo prazo, e apresenta um modelo de desenvolvimento face à atual situação económica e social da região das Terras de Trás-os-Montes. Neste sentido, este documento tem como base uma análise ao ambiente interno e externo da região, e reflete, direta ou indiretamente, as vertentes de crescimento defendidas pela estratégia Europa e Portugal 2020: i) inteligente, desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação, ii) sustentável, promovendo uma economia mais eficiente (em termos de utilização dos recursos), mais ecológica e mais competitiva, e iii) inclusivo, fomentando uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (adiante designado por Pacto) é um acordo que visa o envolvimento de diversos atores com o intuito de identificar e implementar medidas que respondam aos principais desafios com que a região, neste caso as Terras de Trás-os-Montes, se confronta, e potenciem o seu crescimento sustentável e coeso.
Neste sentido, a CIM-TTM envolveu diversos atores relevantes para a implementação do Pacto a partir da realização de reuniões/contactos, de modo a identificar/estabelecer parcerias e promotores que tenham um papel ativo na execução das medidas a implementar, dando continuidade ao processo de participação já adotado na elaboração da EIDT.
Com o intuito de promover a concertação relativamente aos objetivos do Pacto, às Prioridades de Investimento (PI) a contratualizar, às necessidades de investimento e às medidas a implementar (projetos) na região, foram realizadas reuniões entre a CIM-TTM, os Municípios associados (Presidentes e técnicos) e diversos atores da administração pública central e regional, e outras entidades públicas e privadas locais (tais como o IEFP, DGESTE, DRAPN, Agrupamentos escolares e Resíduos do Nordeste). Estes interlocutores apoiaram igualmente na identificação do detalhe necessário para a caraterização e definição do plano de execução.
A participação ativa de outros atores na implementação do Pacto é garantida a partir do seu envolvimento enquanto parceiros no planeamento e execução das medidas a implementar, intermunicipais e municipais, cujos promotores são as CIM-TTM ou Câmaras Municipais. Estes atores são entidades locais, nacionais ou transfronteiriças de direito público ou privado (ex.: Associações Comerciais e Industriais; IPSS; Agrupamentos escolares), cujas principais atividades impactam os domínios de intervenção da região (emprego; social; etc.), garantindo a experiência e conhecimento necessário para a implementação eficiente das medidas (trocando know-how e boas práticas) e subsequentemente, a criação de sinergias.
Destacam-se também os parceiros que constituem o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (órgão que compõe a governação do Pacto) e que serão responsáveis pelo acompanhamento estratégico e setorial do Pacto, especialmente no que toca à monitorização dos resultados, garantindo a articulação com as CIM-TTM e os restantes órgãos envolvidos na implementação das medidas.
Adicionalmente, foram realizados acordos formais, que definem o modelo de parceria e identificam o âmbito e as responsabilidades na execução dos investimentos (no âmbito das PI contratualizadas via ITI) com algumas entidades, nomeadamente:
Resíduos do Nordeste, enquanto promotora (acordo formalizado a 19/05/2015), será responsável pela implementação da medida Eco+Valor, enquadrado na PI 6.1 Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;
Importa referir que serão identificados outros promotores e subsequentemente, realizados acordos formais com os mesmos na fase de operacionalização das medidas a implementar na região.

Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)

O Programa de Ação e Investimento, instrumento operativo para a concretização do Pacto e consequentemente, da EIDT, procura ser coerente e articular-se com as orientações definidas ou em definição em diversos planos relacionados com a ordenação do sistema urbano da região, tais como o PROT, Planos Regionais de Ordenamento do Território, Planos de Urbanização, Plano de Mobilidade, Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil, e Estudo de sustentabilidade das estruturas de proteção civil.Os sistemas urbanos assumem um papel fundamental na dinamização de múltiplos aspetos socioeconómicos da região onde se inserem, como são exemplo o desenvolvimento da economia e a criação de emprego. Destaca-se a consolidação do centro urbano de Bragança e a emergência dos centros urbanos estruturantes de Mirandela e Macedo de Cavaleiros, evidenciando o restante território, essencialmente rural, uma ocupação pouco densa e suportada por aglomerados de reduzida dimensão, face a um território com um grande valor patrimonial, cultural e natural de projeção internacional. Neste sentido, as medidas/projetos a implementar que visem o aumento da presença de instituições e equipamentos/infraestruturas nos domínios sociais e da atividade comercial, desempenham um papel essencial na dinamização económica e social dos espaços urbanos, como também na qualidade de vida dos seus habitantes. Em termos do sistema de transporte, a mobilidade e o serviço de transportes, públicos e escolares, inter e intramunicipal nos Municípios da TTM continua com graves lacunas que urge colmatar, de forma a assegurar a mobilidade da população em espaço rural, com uma cobertura territorial mais ampla, com níveis de serviço adequados e com custos controlados, a bem da qualidade de vida da população em geral. Importa destacar que no espaço territorial da CIM-TTM, as zonas rurais estão dispersas por uma grande área, maioritariamente compostas

por populações envelhecidas com necessidades esporádicas de utilização de transportes, como, por exemplo, para se deslocarem às sedes de concelho para adquirir produtos normalmente inexistentes no meio rural, deslocações a centros de saúde ou a serviços públicos que apenas existem instalados nos centros urbanos. Neste contexto de existência de estrangulamentos em determinadas infraestruturas rodoviárias estruturantes para a região, que impactam simultaneamente aspetos como o desenvolvimento das atividades económicas locais, a mobilidade profissional da população e a coesão social da região, importa que as medidas a implementar na vertente dos equipamentos sociais e escolares, e de empreendedorismo respeitem a questão chave de mobilidade intra e inter-regional. Adicionalmente, a região irá contratualizar as PI relativas a este âmbito de modo a garantir o melhoramento da mobilidade e minimizar os principais constrangimentos da rede rodoviária no acesso aos concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais, e à sua respetiva ligação com os outros pólos urbanos da região, nomeadamente Bragança. Assim, as linhas orientadoras para o plano de mobilidade sustentável passam por garantir a qualidade de vida, a atratividade e a acessibilidade, aumentando a sustentabilidade das cidades, dos concelhos e, principalmente, dos pólos urbanos de pequena e média dimensão:
Promover a utilização do transporte colectivo e dos modos suaves (ex.: circulação pedonal, bicicleta) em detrimento do transporte individual;
Reorganizar o funcionamento da rede viária de modo a assegurar a fluidez do tráfego e a melhoria das condições de circulação e segurança;
Assegurar a coerência entre as políticas municipais de ordenamento do território e urbanismo e as políticas de mobilidade.
Adicionalmente, para garantir a cobertura de todo o território com Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil coerentes entre si, estão planeadas medidas, no presente Pacto, que reforçam a componente técnica e operacional para responder aos riscos, a nível municipal e intermunicipal. Importa realçar também que, num contexto de incerteza e de um expectável aumento do risco de incêndio florestal, relacionado com as alterações climáticas, as mudanças socioeconómicas assim como com os comportamentos das populações, há uma crescente necessidade de melhorar o processo de planeamento, da gestão e da eficácia das intervenções em situações de grande sinistro ou catástrofe e das estratégias de resposta contra os principais riscos, garantindo a consideração da dimensão social.
Finalmente, considerando a necessidade de integrar uma abordagem centrada no ordenamento do território (estruturação do sistema urbano), bem como na articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal (atualmente existentes ou que irão no curto prazo ser elaborados), que realçam constrangimentos relativos à qualificação urbana e funcional, e no alinhamento com as linhas orientadoras/ abordagem centrada na mobilidade sustentável, a região das Terras de Trás-os-Montes definiu objetivos estratégicos e subsequentemente medidas na EIDT que visam garantir essa articulação futura, em parte através do presente Pacto, a partir dos eixos:
(1) Desenvolvimento rural, onde se destacam os objetivos específicos diretamente orientados para responder aos desafios do desenvolvimento urbano e da mobilidade do território:
Valorização e preservação do património e recursos naturais, que visa a definição de estratégia de regeneração e revitalização urbana (podendo contemplar um alargado espectro de intervenções, como: a regeneração de centros históricos e edifícios de elevado valor patrimonial ou histórico, a criação e/ou revitalização de zonas verdes ou a valorização de zonas urbanas comerciais);
Potenciação e reforço dos meios de comunicação e acessibilidade, criando uma rede de gestão partilhada dos transportes (estruturação de uma nova rede de transportes, que procurará integrar, a um nível operacional os diferentes operadores da região; implementação de um projeto-piloto de transporte a pedido) e eliminando os estrangulamentos nas principais infraestruturas rodoviárias (melhoria das acessibilidades e interligações entre diversas cidades e Espanha; criação de plataformas de caráter intermodal, como poderá ser exemplo um nó aerorodoviário nas imediações do aeródromo de Bragança).
(2) Ambiente, onde se destacam os objetivos específicos diretamente orientados para promover a eficiência das administrações e organismos públicos, e contemplados explicitamente no presente Pacto, a partir da(o):
Gestão partilhada de meios da proteção civil (criação de uma plataforma de coordenação e gestão partilhada de equipamentos no âmbito da prevenção e combate a incêndios e de reforço dos meios e equipamentos atualmente existentes);
Desenvolvimento de um sistema de informação geográfica (possibilidade das instituições de poder local deterem um conhecimento real e permanentemente atualizado dos aspetos georreferenciáveis da região).

Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)

A intervenção estratégica proposta tem como objetivo capacitar a CIM-TTM de ações concretas e sólidas que possibilitem o desenvolvimento equilibrado e o crescimento sustentável e inclusivo da TTM (de acordo com as PI obrigatórias e facultativas contratualizadas).
A fixação de população e de empresas na região assume especial importância, sendo fulcral a disponibilização de condições favoráveis ao investimento e à criação de emprego e empresas, estimulando a dinâmica empresarial.
A realização de investimentos nas infraestruturas e equipamentos educativos permite melhorar os sistemas de ensino (gestão da administração educativa), a aprendizagem e a convergência dos níveis de sucesso educativo e abandono escolar. A maximização destes resultados deve ser garantida a partir do reforço das intervenções especializadas no âmbito das famílias e comunidades (ex.: empresas; rede social), permitindo responder às necessidades e oferecer novas perspectivas de trabalho.
O reforço das intervenções ao nível das TIC ao nível do apoio à criação de emprego, redução de riscos específicos e de consumos de energia fomenta a modernização e o aumento da eficiência da região, a redução de custos de contexto, o aumento da gestão de conhecimento e a dinamização dos respectivos mercados.
A oferta de serviços públicos digitais apresenta ainda uma reduzida maturidade, dado que apenas algumas câmaras municipais disponibilizam a submissão de formulários online. A modernização administrativa permitirá aumentar a proximidade entre o cidadão e a administração local, contribuindo para o aumento de utilização das TIC nas freguesias isoladas, permitindo um investimento da região como Smart Region.
Um dos objetivos estratégicos para o desenvolvimento da região é atuar a nível ambiental, promovendo-se enquanto ecorregião nacional e internacionalmente e pioneira no uso de energias renováveis. Em termos de eficiência energética, destaca-se a intervenção no edificado, tendo em vista a redução das despesas com energia e a dinamização do mercado de serviços energéticos, contribuindo, a longo prazo, para o aproveitamento dos recursos naturais (energias renováveis) e a estabilidade financeira da região.
As estratégias de promoção da inclusão social e de combate à pobreza visam promover a inserção da população no mercado de trabalho a partir da definição de programas que integrem, entre outras, comunidades marginalizadas e grupos de risco em trabalhos socialmente necessários e que reforcem as suas competências.
O investimento em medidas inovadoras de apoio às redes sociais para as populações mais fragilizadas, bem como grupos de risco e idosos (que representam uma percentagem significativa da população), incrementa a eficiência das respostas sociais oferecidas e favorece a coesão e a inclusão ativa. Considerando que algumas zonas se encontram isoladas, é crucial avançar com estratégias focadas no acesso aos serviços sociais.
Para fazer face à tendência crescente de envelhecimento da população, destacam-se investimentos na constituição de uma rede intermunicipal dedicada à população envelhecida.
Os apoios ao empreendedorismo na região permitirão atribuir instrumentos para que o cidadão possa desenvolver ideias e infraestruturas, impulsionando o mercado de trabalho e o tecido empresarial, e promovendo o emprego sustentável.

Caracterização do Projeto

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

O Programa de Ação e Investimento do Pacto desagrega-se em Eixos estratégicos e, subsequentemente, em objetivos estratégicos e específicos, e medidas: - Eixo 01 Desenvolvimento rural • Objetivo: Melhorar a rede de apoio às empresas, com especial enfoque nos sectores agrícola e pecuário; Fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial Neste âmbito, importa melhorar as infraestruturas e serviços de apoio às empresas e incentivar a criação do próprio emprego e de empresas por grupos populacionais em risco a partir das medidas: • 8.3 d) e 8.8 b) | Sistema de Incentivos (complementar da 8.3 a) • 8.3 e) e 8.8 c) | Investe Jovem Os principais resultados esperados são a criação de novos postos de trabalho e empresas a partir do apoio a iniciativas empreendedoras (ex.: suporte ao longo do ciclo de vida de uma nova empresa; partilha de know-how; sistemas de microcrédito) que promovam os produtos endógenos da região. Adicionalmente, prevê-se a criação, modernização ou capacitação de viveiros, resultando no apoio à criação e manutenção de emprego e empresas. • Objetivo: Fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial; Este objetivo é parcialmente atingido a partir da implementação da medida 10.5 a) |

Equipamentos e infraestruturas escolares que visa a promoção do ensino sustentável e requalificação/modernização das infraestruturas educativas. Os resultados esperados são a melhoria do nível de qualidade e de cobertura da rede de infraestruturas de educação e ensino, das condições de ensino e aprendizagem, e a promoção do acesso e incremento do sucesso escolar. Contribui também para este objetivo a vertente de Capacitação Institucional e TIC das medidas que visam aumentar o acesso dos serviços públicos digitais, promover e melhorar a eficiência interna das administrações/organismos públicos: • 2.3 a) | "Trás-os-Montes Conectada" - Plataforma única de atendimento aos cidadãos • 2.3 b) | Smart region Trás-os-Montes • 2.3 c) | Balcão Móvel Os resultados a alcançar são a gestão eficiente em todos os domínios urbanos, o aumento do número de acessos aos serviços públicos digitais, o aumento da oferta/procura de serviços em rede e a redução de custos de contexto. • Objetivos: Apoiar a inclusão social, com vista à diminuição da pobreza; promover a sustentabilidade económica e social, com vista ao repovoamento do território. Na vertente de Inclusão Social e Pobreza, é pretendido rentabilizar os recursos existentes e aumentar a cooperação entre parceiros para projetos conjuntos e inovadores, melhorar o acesso e a gestão dos serviços e das respostas sociais, e promover o desenvolvimento de competências nos grupos vulneráveis, reduzir a exclusão social e o desemprego a partir das medidas: • 9.1 a) | Contratos de Emprego Inserção • 9.1 d) | Bolsa Especializada de Voluntariado • 9.4 a) | Viver melhor - Rede de cuidadores de proximidade • 9.4 b) | Idade Mais - Projecto Envelhecimento + Activo • 9.7 a) | Intervenções em equipamentos sociais • 10.1 a) | Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar • 9.4 e 10.1 a) | Apoio escolar Os principais resultados esperados são reforçar as competências pessoais, sociais e profissionais visando a integração ativa e a empregabilidade de desempregados e outros grupos vulneráveis, reduzir a exclusão social, promover o envelhecimento ativo, reforçar as parcerias existentes, melhorar a oferta e procura de serviços sociais e aumentar o acompanhamento de pessoas que necessitam de cuidados de saúde. Prevê-se também reduzir o abandono escolar e melhorar os níveis de sucesso educativo através de instrumentos inovadores cujo foco é nas famílias, comunidades (parcerias com empresas e associações) e escolas e consequentemente, nos alunos com necessidades educativas especiais. Em termos de promoção da sustentabilidade económica e social, com vista ao repovoamento do território, importa garantir a proteção das crianças, o fomento do ensino sustentável, a equidade no acesso e qualidade à educação (reduzindo assimetrias intraregionais) e melhoria do sucesso educativo. Os principais resultados são suprir as fragilidades do sistema educativo e assegurar o acesso e a igualdade de oportunidades. • Objetivo: Otimizar os recursos de exploração agrícola, pecuária e florestal Com a implementação da medida 3.4 a) Promover as infraestruturas de terrenos agrícolas, prevê-se, como principais resultados, a melhoria do nível de qualidade dos regadios tradicionais e coletivos existentes, da acessibilidade e das condições de produção nas explorações agrícolas, reforçando, portanto, a competitividade. - Eixo 02 Ambiente • Objetivo: Potenciar a sustentabilidade energética Na vertente Economia de Baixo Teor de Carbono, importa promover uma região ambientalmente autosustentada e aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas a partir das medidas: • 2.3 b) | Smart region Trás-os-Montes • 4.3 a) | Eficiência energética nas infraestruturas públicas Os principais resultados são melhorar e aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas, reduzir as emissões de CO2 e os desperdícios de energia, promover o território enquanto eco região e a adopção de tecnologia/ fonte de energia mais sustentável e eficiente. Adicionalmente, devido à utilização de tecnologias de informação, prevê-se a melhoria das capacidades de planeamento, monitorização e comunicação face à eficiência energética. Em termos de proteção do ambiente, para garantir a valorização dos resíduos e promover a região como ambientalmente autosustentada, importa operacionalizar a medida 6.1 a) | Eco +Valor. Com esta medida prevê-se o aumento da separação de resíduos e reciclagem, e a redução da quantidade de resíduos depositados em aterros. • Objetivo: Valorizar e proteger de forma sustentável os recursos naturais e os cidadãos Para melhorar a gestão e a eficácia das intervenções em situação de sinistro ou catástrofe, importa aumentar a capacidade de resposta, aumentando a eficiência dos organismos públicos a partir das medidas: • 5.2 a) | Infraestruturas de apoio à gestão de risco Neste sentido, importa promover a proteção do vasto território que dispõe de vários parques naturais de relevância nacional, nomeadamente ao nível da Rede Nacional de Áreas Protegidas (onde se incluem, entre outros, o Parque Natural de Montesinho, o Parque Natural do Douro Internacional, a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e o Geoparque Terras de Cavaleiros). Prevê-se, portanto, melhorar as capacidades de planeamento, monitorização e comunicação face aos riscos de incêndios, reduzindo a área ardida e melhorando a gestão dos recursos e otimizando os recursos financeiros. • 6.1 a) | Ações de educação e sensibilizalção com enfoque nos primeiros patamares da pirâmide dos resíduos (prevenção, reutilização e reciclagem) e criação de instrumentos de sensibilização e comunicação.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	01 Desenvolvimento Rural / 2.3 a) "Trás-os-Montes Conectada" - Plataforma única de atendimento aos cidadãos; 2.3 c) Balcão Móvel; 01 Desenvolvimento Rural, 02 Ambiente, 03 Turismo / 2.3 b) Smart region Trás-os-Montes	Serviços da Administração Pública apoiados	1,00	4,00	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	19,70	50,00	2 926 289,17€
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	01 Desenvolvimento Rural / 2.3 a) "Trás-os-Montes Conectada" - Plataforma única de atendimento aos cidadãos; 2.3 c) Balcão Móvel	Serviços da Administração Pública apoiados	0,00	0,00	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	33,00	67,00	0,00€
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	02 Ambiente/ 4.3 a) Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	2792908,00	11171630,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	234275,00	229915,00	5 790 174,28€

08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	01 Desenvolvimento Rural / 8.3 d) Sistema de Incentivos, 8.3 e) Investe Jovem	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	699,00	1165,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	60,00	70,00	8 734 465,76€
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	01 Desenvolvimento Rural / 8.8 b) Sistema de Incentivos, 8.8 c) Investe Jovem	Empresas que beneficiam de apoio	21,00	107,00	Postos de trabalho criados	30,00	150,00	2 675 864,02€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	01 Desenvolvimento Rural / 9.1 a) Contratos de Emprego Inserção (CEI e CEI+)	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	2378,00	3964,00	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	37,00	42,00	9 908 802,77€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	01 Desenvolvimento Rural / 9.1 d) Bolsa Especializada de Voluntariado	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	173,00	461,00	Entidades que aderem a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado	70,00	90,00	274 099,19€

09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	01 Desenvolvimento Rural / 9.7 a) Intervenções em equipamentos sociais	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	3,00	13,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	3 355 928,33€
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	01 Desenvolvimento Rural / 10.1 a) Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	1,00	1,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	5 415 316,73€

10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	01 Desenvolvimento Rural / 10.5 a) Equipamentos e infraestruturas escolares	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	590,00	2361,00	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	82,39	83,09	12 750 000,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	01 Desenvolvimento Rural / 9.4 b) Idade Mais - Projecto Envelhecimento + Activo	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	4,00	9,00				1 512 387,93€
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	01 Desenvolvimento Rural / 9.4 b) Idade Mais - Projecto Envelhecimento + Activo				Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	70,00	90,00	0,00€

09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	01 Desenvolvimento Rural / 9.7 a) Intervenções em equipamentos sociais				Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados	5,00	10,00	0,00€
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	01 Desenvolvimento Rural / 10.1 a) Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar				Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	2717,00	4076,00	0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	01 Desenvolvimento Rural / 3.4 a) Promover as infraestruturas de terrenos agrícolas	Segurança de barragens - n.º de projetos	6,00	6,00				2 202 350,00€

03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	01 Desenvolvimento Rural / 3.4 a) Promover as infraestruturas de terrenos agrícolas	Segurança de barragens - despesa pública contratada	2591000,00	2591000,00				0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	01 Desenvolvimento Rural / 3.4 a) Promover as infraestruturas de terrenos agrícolas	Regadios tradicionais - área a beneficiar	515,00	644,00				1 951 390,05€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	01 Desenvolvimento Rural / 3.4 a) Promover as infraestruturas de terrenos agrícolas	Regadios tradicionais - despesa pública contratada	1836602,00	2295753,00				0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	02 Ambiente/5.2 a) Infraestruturas de apoio à gestão de risco	Infraestruturas operacionais de proteção civil requalificadas	1,00	2,00				459 000,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	02 Ambiente/5.2 a) Infraestruturas de apoio à gestão de risco				Tempo de resposta às ocorrências de incêndios florestais	10,00	15,00	0,00€

05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	02 Ambiente/5.2 c) Sistema de Informação Geográfica	Sistemas de Informação e de monitorização desenvolvidos /implementados e reestruturados /modernizados	0,00	3,00				63 750,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	02 Ambiente/5.2 c) Sistema de Informação Geográfica	Equipamentos integrados em sistemas de Informação e de monitorização de desenvolvidos /implementados	0,00	3,00				0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	02 Ambiente/5.2 c) Sistema de Informação Geográfica				Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos /implementados	0,00	12,00	0,00€

06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	FC	02 Ambiente/ 6.1 a) Eco +Valor	Campanhas, ações ou estudos de sensibilização e informação	9,00	18,00				85 000,00€
06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	FC	02 Ambiente/ 6.1 a) Eco +Valor	Produtos de comunicação, divulgação e sensibilização	6,00	11,00				0,00€
06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	FC	02 Ambiente/ 6.1 a) Eco +Valor	População abrangida pelas campanhas e sensibilização	47011,00	94022,00				18 125,00€

06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	FC	02 Ambiente/ 6.1 a) Eco +Valor				Grau de adesão do público alvo da campanha / ação	40,00	80,00	0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	27 498 255,80€
FSE	25 845 072,38€
FEADER	4 153 740,05€
FC	625 875,00€
Total	**58 122 943,23€**

Realização

Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

O Programa de Ação e Investimento estrutura-se em torno das PI contratualizadas via ITI:
Na PI 2.3, as principais realizações centram-se na modernização administrativa dos serviços públicos prestados, e disponibilização de banda larga nas Câmaras Municipais da região, concebendo um conceito de rede de serviços públicos.Estas medidas permitirão que 40% dos jovens da região utilizem os serviços públicos online e que 70% das câmaras municipais disponibilizem o preenchimento e submissão de formulários online. As metas serão quantificadas com base SI dos FEEI.
A partir das medidas previstas para a PI 4.3 prevê-se a redução de aproximadamente 11 GWh do consumo de energia primária até 2023, permitindo que o consumo de energia primária da administração regional e local seja de 23.963Kwh. O controlo e monitorização das metas será realizado através da DGEG.
Destaca-se, na PI 5.2, a construção de bases de acolhimento dos GIP e de apoio logístico para a proteção civil, aumentando a capacidade de acolhimento em 75% e melhorando a capacidade de resposta a catátrofes em 70%.
As medidas a implementar no âmbito da PI 6.1 permitirão o aumento da reutilização e reciclagem dos resíduos urbanos (RU) em cerca de 28% no total de RU recicláveis e a redução em 3% da quantidade de RU depositada em aterros, aumentando a capacidade adicional de reciclagem de resíduos em 693 ton/ano. A monitorização das metas será a partir dos SI da Agência Portuguesa do Ambiente.
As medidas da PI 8.3 permitem um aumento de 1.165 pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego até 2023, garantindo a sustententabilidade do autoemprego em 70% após 1 ano do fim do apoio. O método de aferição das medidas é o SI dos FEEI.
A PI 8.8 visa apoiar 134 empresas até 2023, criando 187 postos de trabalho. O método de aferição das medidas é o SI dos FEEI.
Para a meta global do programa no âmbito da PI 9.1, a medida proposta visa apoiar 3.964 participantes em ações de trabalho socialmente necessário, permitindo que 42% dos mesmos estejam empregados 6 meses após terminada a participação. As metas serão quantificadas com base no SI dos FEEI. A contribuição para o número de entidades acreditadas na bolsa de voluntariado é de 600, sendo o valor monitorizado a partir do SI do FSE.
No âmbito da PI 9.4, as medidas a implementar prevêem a realização de 64 eventos de promoção do envelhecimento ativo e saudável, envolvendo 1910 participantes até 2023.
Na PI 9.7 aguarda-se mapeamento.
Na PI 10.1, a elaboração e execução de um Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar permitirá a redução da taxa de abandono escolar em 4p.p até 2023.
As medidas de requalificação das infraestruturas/ equipamentos escolares (PI 10.5) permitirão um aumento da capacidade das mesmas para 3.769 alunos no total, garantindo uma taxa de cobertura de 49%. A ação 3.4, permitirá apoiar 40 investimentos em infraestruturas agrícolas, permitindo que 5% das terras tenham sistemas de irrigação mais eficientes.
As metas definidas para as PI 2.3, 5.2, 9.4, 9.7 e 10.1 serão monitorizadas e avaliadas a partir de uma Plataforma de Gestão que será implementada para a monitorização e avalização das medidas desenvolvidas ao abrigo do Pacto.
Os pressupostos de cálculo dos indicadores poderão ser facultados a pedido, sendo que os indicadores obrigatórios seguem as regras definidas pelo Norte 2020.

Caracterização do Pacto

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

No sentido de operacionalizar o Pacto, implementar os mecanismos de acompanhamento e avaliação, foi elaborado um Modelo de Governação, aproveitando os órgãos, estruturas e competências existentes na CIM-TTM.
O modelo de gestão e organização é constituído pelo Conselho Intermunicipal (CI), Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI), o Comité de Acompanhamento (CA), a Unidade de Gestão Operacional (UGO) e Gestor(es) de Projeto (GP) que assumirão competências e responsabilidades distintas.
- CI-responsável pela prossecução da Visão e Estratégia da CIM-TTM e pela tomada de decisões de âmbito estratégico e/ou redefinição das prioridades de atuação; este órgão é composto pelos presidentes das câmaras municipais dos municípios que integram a CIM-TTM, tendo um presidente e dois vice-presidentes, eleitos de entre os seus membros.
- CEDI-órgão de natureza consultiva responsável pelo apoio ao processo de decisão do CI e pelo acompanhamento e avaliação da implementação do Pacto. É constituído por representantes das instituições com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais (30 elementos).
- CA-funciona como fórum de discussão das linhas estruturais dos projetos e é responsável pelo controlo, monitorização e avaliação da execução do Pacto. É constituído pelo Secretariado Executivo e a Presidência da CIM.
- UGO-responsável pela gestão e coordenação dos projetos, assegura a execução das tarefas técnicas que vierem a ser contratualizadas, a comunicação e a interligação entre a realidade operacional e o CA, sendo constituído pelos técnicos da CIM (divididos por 2 núcleos), pelos GP e coordenado pelo 1.º Secretário Executivo.
- GP-constituído pelos gestores de projetos externos pertencentes às entidades a quem a CIM delegue a sua execução, funcionando como ponto de ligação entre a instituição adjudicatária e a UGO.

A equipa técnica afeta à UGO presente no Núcleo de Mirandela, será responsável pela análise, acompanhamento e gestão financeira das medidas e projetos; e é constituída por 4 técnicos superiores, cujos perfis são:
Perfil 1, responsável pela coordenação técnica dos grupos de trabalhos;
Perfil 2, responsável por projetos de cariz social e com enfoque nas áreas de empreendedorismo;
Perfil 3, responsável por projetos de requalificação/adaptação de infraestruturas;
Perfil 4, responsável por projetos de cariz ambiental.
A equipa técnica presente no Núcleo de Bragança, será responsável pela análise, acompanhamento e gestão física das medidas e projetos; monitorização e avaliação das medidas e projetos; constituído por 3 técnicos superiores, cujos perfis são:
Perfil 1, responsável pela gestão e acompanhamento estratégico do Pacto, bem como a sua monitorização e avaliação, elaboração dos relatórios de avaliação, e articulação com as Autoridades de Gestão Nacionais e Regionais;
Perfil 2, responsável pela realização de pontos de situação com base na análise e sistematização de informação financeira e física disponível, atualização da plataforma de gestão;
Perfil 3, responsável pela preparação, submissão e recepção de candidaturas, preparação e elaboração de relatórios, e elaboração e execução do Plano de Divulgação e Comunicação.
No entanto, o grau de adequação do modelo de governação e da equipa técnica será definido à luz do que vier a ser contratualizado (competências, dotações, tipologias de operações e metas dos indicadores) e das regras que vierem a ser definidas pelos sistemas de gestão e controlo da AG. Considerando a experiência do modelo de contratualização adotado no QREN e a atualização desse mesmo modelo no contexto da Lei 75/2013, poderá o mesmo servir como um exemplo de estrutura.
Assim, será criada uma estrutura de apoio técnico (EAT) coordenada por um Gestor de PTCD que, atentas as competências definidas na Lei 75/2013, pode coincidir com o primeiro secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal ou da Comissão Executiva Metropolitana (no caso de ser um único membro não se revela necessário a existência de delegação de competências). A este Gestor/Coordenador reporta a EAT, a qual será, atentas as competências a delegar, composta por Unidades Operacionais.
O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, dada a sua natureza consultiva de apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos das CIM/AMP, constitui-se como órgão consulta e aconselhamento estratégico do PTCD.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação

Para garantir a operacionalização dos mecanismos de acompanhamento e avaliação é colocada a cargo da UGO as principais responsabilidades:
- Atualizar e disponibilizar com uma periodicidade semestral os indicadores de realização e resultado por medida em execução;
- Elaborar e disponibilizar mensalmente um relatório de execução das medidas;
- Entrevistar stakeholders das medidas executadas de forma a detetar melhorias relativamente às diversas PI;
- Produção de Anuários com a evolução das metas e objetivos definidos.
- Elaborar um Relatório Anual de Monitorização e Avaliação dos projetos, sobre a supervisão do CA, a ser submetido à avaliação do CEDI e aprovação do CI;
- Promover ações de divulgação, debate e reflexão sobre a implementação da estratégia, projetos e medidas segundo o Plano de Comunicação;
- Divulgar informação estatística produzida através de meios adequados (pág. web da CIM-TTM, etc).

Adicionalmente, será disponibilizada uma Plataforma de Gestão que facilitará o planeamento, monitorização e avaliação da execução dos projetos (ex.: cronograma de execução; análise de desvios face ao budget disponível) e a avaliação estratégica dos investimentos e a comunicação entre os órgãos, e apoiará na gestão dos Fundos Comunitários. Esta Plataforma será acedida pelos membros das Entidades Promotoras das medidas e pela UGO. Disponibilizará um conjunto de indicadores de avaliação de performance dos projetos que providenciem informação sobre Planeamento de Recursos, Orçamentos, Time Management, informações sobre a Execução dos projectos e Resultados finais.
Para garantir a gestão equilibrada das medidas, além de utilizar a Plataforma para avaliar e acompanhar os projetos em termos quantitativos, serão realizadas reuniões mensais entre o CA e a UGO, e elaborados relatórios anuais disponibilizados a partir do website institucional da CIM-TTM, criando um conceito de rede de gestão de conhecimento regional.
Em termos de reuniões, o Modelo de Governação tem por base uma lógica vertical, pelo que a comunicação flui do Conselho Intermunicipal para o Comité de Acompanhamento, subsequentemente para a Unidade de Gestão Operacional. Assim, facilmente conclui-se que as linhas estruturais das medidas definidas pelo Comité de Acompanhamento terão de ser acomodadas pela Unidade de Gestão Operacional, na sua função de monitorização e micro controlo. Neste sentido, importa assegurar a realização de reuniões mensais para realizar pontos de situação das medidas em curso.
O CEDI ver-se-á revestido de responsabilidades de acompanhamento e avaliação dos resultados do Pacto, pelo que deverá reunir semestralmente de forma a avaliar estrategicamente a execução, sendo que os resultados destas sessões de avaliação deverão constar no Relatório Anual de Monitorização do Pacto (cuja elaboração é coordenada pela Unidade de Gestão Operacional, sob a supervisão do Comité de Acompanhamento).
Adicionalmente, deverão ser realizadas reuniões quinzenais da Unidade de Gestão Operacional para monitorizar as atividades realizadas e a realizar, bem como o cumprimento dos prazos definidos.
Posteriormente, tendo como base os Sumários de desempenho produzidos quinzenalmente pelos Técnicos, deverão ser realizadas visitas ao terreno, sempre que pertinentes, onde a medida está a ser implementada, de modo a garantir e aumentar a fiabilidade dos documentos produzidos.
Relativamente aos mecanismos de avaliação, destaca-se a elaboração de dois relatórios de avaliação tendo como referencial os Relatórios Anuais de Monitorização das medidas, os Relatórios Anuais de Monitorização da Estratégia e o feedback recolhido dos stakeholders. O primeiro deverá ser um Relatório de Avaliação Intercalar, no primeiro semestre de 2019, elaborado pela Unidades Gestão Operacional, sob a supervisão do CA, aprovado pelo CI com parecer do Conselho Estratégico. Este visa a avaliação da execução das medidas (taxas de execução), bem como o funcionamento do Pacto na sua globalidade (execução acumulada do programa). Importa considerar os fatores críticos de sucesso que foram estabelecidos após a análise SWOT, sendo relevante considerar uma secção onde são descritos os avanços relativamente aos desafios identificados, nomeadamente: atrair e fixar população, preferencialmente jovem; reforçar respostas sociais à população mais carenciada e em risco; valorizar os produtos da região; captar, reter e desenvolver a criação de empresas; reforçar as parcerias com Espanha.

Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

O estabelecimento de redes e parcerias é no contexto da CIM-TTM um mecanismo extremamente importante na implementação do Pacto, pois permitirá a criação de uma rede de atores ativos com responsabilidades específicas no processo de operacionalização das medidas definidas para o território.
As parcerias a estabelecer permitirão interligar os atores/entidades com diferentes tipologias (pública e/ou privada), abordagens e escalas (local/regional, nacional e transfronteiriço), com o objetivo de:
- Capitalizar o conhecimento existente: partilhar experiências em projetos similares, garantindo a divulgação de boas práticas e resultados obtidos de modo a aumentar a eficácia das estratégias de operacionalização e das ações correctivas de cada medida em execução no território;
- Aumentar o trabalho em rede: promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- Aumentar a coordenação: colaborar com os agentes locais envolvidos nas temáticas, promovendo a coordenação das intervenções.
Os principais parceiros para a implementação do Programa de Ação e Investimento, são os membros do Conselho Intermunicipal e do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal. Este último integra as seguintes entidades: Municípios integrantes da CIM-TTM, Instituto Politécnico de Bragança (IPB), IEFP, Centro Regional de Segurança Social, DRAPN, ULS Nordeste, DGEstE, CCDR-Norte, Instituto Português do Desporto e Juventude, APA, Direção Regional de Cultura do Norte, IAPMEI, Direção Regional de Economia do Norte, Núcleo Empresarial da Região de Bragança, PSP, GNR, Autoridade Nacional de Proteção Civil, Autoridade Tributária e Aduaneira, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, Associações de Desenvolvimento Local-CORANE e DESTEQUE, Resíduos do Nordeste, E.I.M, o ZASNET, AECT, ARBOREA, PRORURIS, ANCSUB, Cooperativa Agro-pecuária Mirandesa, Agência de Energia de Trás-os-Montes e a Rede Europeia Anti Pobreza.
Esta rede de parceiros estende-se também a outras entidades da região através dos núcleos constituintes da Unidade de Gestão Operacional, assegurando, portanto, a intervenção ativa e responsabilização desta rede na implementação e monitorização das medidas.
Genericamente, para a constituição destas parcerias, destacam-se as entidades com as quais existe um histórico de cooperação e por isso, existe uma maior facilidade de estabelecimento de parcerias formais.
Todos os parceiros do Pacto fazem parte do CEDI que tem como competência o acompanhamento e avaliação da implementação da estratégia e da execução das medidas.
Destacamos os parceiros não municipais com incidência direta na implementação de medidas, sendo que assumem responsabilidade financeira no que respeita à contrapartida nacional, bem como responsabilidade na assunção das metas estabelecidas para os indicadores. Por PI os parceiros não municipais são:
- PI 6.1 – Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.
- PI 03.MO4 – DRAPN, DGADR, Juntas de Freguesias de Baçal, Castro de Avelãs, Espinhosela, Celas, Edral, Vilar de Ossos, Carvalhais, Vale das Fontes, Penhas Juntas, União de Freguesias de Fresulfe/Soeira e Mofreita, Vilar de Lomba/S.Jumil, Moimenta/Montouto, Travanca/Santa Cruz.
- PI 8.3 e 8.8 – IEFP, CASES, IPDJ;
- PI 9.1 – CASES e IEFP;
- PI 10.5 – Parque Escolar, EPE
Existe atualmente uma rede de cariz supraregional, resultante de uma "Carta de Compromisso para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro" que envolve a parceria entre as instituições de ensino superior, as Comunidades Intermunicipais (Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes) e as Associações Empresariais. Neste contexto, existirá uma colaboração no sentido de troca de boas práticas e know-how no âmbito da PI 8.3, promovendo o desenvolvimento dos territórios de forma sustentável e conjunta.
Este conjunto de parcerias deve ser complementado com a participação dos stakeholders locais (população de TTM), dado que se pretende criar ligações funcionais com os diferentes parceiros regionais de forma a envolvê-los também na execução do Pacto. Para tal, dever-se-á incentivar a sua participação em fóruns alargados (sessões abertas) de acompanhamento e comunicação do avanço do Pacto, convidando não só os representantes do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, mas também atores ao nível da comunicação, emprego, sistemas de incentivos, apoio social, etc., de forma a fomentar o trabalho em rede e a estimular o desenvolvimento de parcerias. Os resultados destas sessões deverão ser vertidos para a Plataforma de Gestão e os relatórios de participação a considerar pela Unidade de Gestão Operacional aquando da elaboração do Relatório Anual de Monitorização. Adicionalmente, os parceiros regionais poderão enviar contributos escritos à Unidade de Gestão Operacional, que possam impactar positivamente a implementação das medidas.

Classificação dos Investimentos

Quadro de Investimentos

P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Inicio	Concelho	% Imp.
10.05	10.5 a) Intervenções na Escola básica e secundária	508069645	Parque Escolar, EPE	1 366 667,05€	2016	Alfândega da Fé	100,00
03.M04	3.4 a) Melhoria das condições de segurança: da Barragem da Barragem de Alfândega da Fé	600082440	DGADR	554 000,00€	2016	Alfândega da Fé	100,00
03.M04	3.4 a) Melhoria das condições de segurança: da Barragem da Burga do AH do Vale da Vilariça,	600082440	DGADR	739 000,00€	2016	Alfândega da Fé	100,00
03.M04	3.4 a) Melhoria das condições de segurança: da Barragem do Salgueiro do AH do Vale da Vilariça	600082440	DGADR	348 000,00€	2016	Alfândega da Fé	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções i) na envolvente opada e envidraçada dos edificios e ii) na iluminação interior e iii) nos sistemas técnicos instalados nos seguintes edificios: casa da cultura e biblioteca	506647498	MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ	200 000,00€	2016	Alfândega da Fé	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções i) na envolvente opada e envidraçada dos edificios e ii) na iluminação interior e iii) nos sistemas técnicos instalados nos seguintes edificios: Paços do Concelho	506647498	MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ	200 000,00€	2016	Alfândega da Fé	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções i) na envolvente opada e envidraçada dos edificios e ii) na iluminação interior e iii) nos sistemas técnicos instalados nos seguintes edificios: Escola Básica - 1.º Ciclo	506647498	MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ	93 867,81€	2016	Alfândega da Fé	100,00
05.02	5.2 a) Base de acolhimento do Grupo de Intervenção de proteção e Socorro da região de Trás-os-Montes em Alfândega da Fé	506647498	MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ	372 352,94€	2016	Alfândega da Fé	100,00

05.02	5.2 a) Base de acolhimento do Grupo de Intervenção de proteção e Socorro da região de Trás-os-Montes em Bragança	506215547	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	50 000,00€	2016	Alfândega da Fé	100,00
03.M04	3.4 a) Melhoria das condições de segurança da Barragem de Gostei	600000354	DRAPN	230 588,23€	2016	Bragança	100,00
03.M04	3.4 a) Regadio de Baçal, Regadio de Sacoias (Ribeira-Malára), Regadio de Vale de Lamas	507195469	JF Baçal	322 753,00€	2016	Bragança	100,00
03.M04	3.4 a) Regadio de Castro de Avelãs, Regadio de Fontes Barrosas	507175247	JF Castro de Avelãs	326 411,23€	2016	Bragança	100,00
03.M04	3.4 a) Regadio de Espinhosela, Regadio tradicional de Cova de Lua, Regadio tradicional de Vilarinho, Regadio tradicional de Terroso	507182073	JF Espinhosela	309 224,00€	2016	Bragança	100,00
03.M04	3.4 a) Regadio de Rabal e de Oleirinhos	507164601	JF Rabal	283 541,23€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Teatro Municipal	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	154 541,02€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Centro Escolar da Sé	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	40 000,00€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Centro Escolar de Santa Maria	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	40 000,00€	2016	Bragança	100,00

04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Fundação Os Nossos Livros	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	40 000,00€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Casa do Lavrador	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	110 000,00€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Assembleia Municipal	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	100 000,00€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Centro Cultural	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	15 000,00€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Estação Rodoviária	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	50 000,00€	2016	Bragança	100,00

04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Parque Estacionamento Camões	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	25 000,00€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Parque Estacionamento Sá Carneiro	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	35 000,00€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Mercado Municipal	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	20 000,00€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Matadouro Municipal	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	70 000,00€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Edificio Aerodromo Municipal	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	100 000,00€	2016	Bragança	100,00

04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Biblioeca Gulbenkian	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	80 000,00€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Escola Fixa de Trânsito	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	10 000,00€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Edificio do GTL antigo Banco de Portgal)	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	80 673,37€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Piscinas e Pavilhão Municipais	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	140 000,00€	2016	Bragança	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Pavilhão do Estado Municipal	506215547	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	150 000,00€	2016	Bragança	100,00

10.05	10.5 a) Intervenções na Escola básica e secundária	506697339	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	1 666 667,05€	2016	Macedo de Cavaleiros	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados nos seguintes edificios: Paços do Concelho	506697339	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	884 874,87€	2016	Macedo de Cavaleiros	100,00
05.02	5.2 a) Construção de um novo pavilhão/hangar no heliporto municipal para melhorar as infraestruturas fundamentais no apoio e suporte direto às operações de proteção e socorro na região	506697339	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	117 647,06€	2016	Macedo de Cavaleiros	100,00
10.05	10.5 a) Escola Básica e Secundária de Miranda do Douro	508069645	Parque Escolar, EPE	1 066 667,05€	2016	Miranda do Douro	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quentes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Piscina coberta	506806898	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO	225 000,00€	2016	Miranda do Douro	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quenes; aquecimento, ventilação e ar condicionado): Biblioteca Municipal e Edifício Ex-Polo da UTAD	506806898	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO	377 178,11€	2016	Miranda do Douro	100,00
10.05	10.5 a) Centro Escolar de Mirandela	506881784	MUNICÍPIO DE MIRANDELA	3 450 000,00€	2016	Mirandela	100,00
10.05	10.5 a) Requalificação de Escola secundária	508069645	Parque Escolar, EPE	2 387 255,29€	2016	Mirandela	100,00
03.M04	3.4 a) Melhoria das condições de segurança da Barragem de Vale Madeiro	600000354	DRAPN	305 000,00€	2016	Mirandela	100,00
03.M04	3.4 a) Regadio Tradicional de Contins	507192613	Junta de Freguesia de Carvalhais	350 000,00€	2016	Mirandela	100,00

04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quentes; aquecimento, ventilação e ar condicionado) nos seguintes edificios: 2 Pavilhões Desportivos	506881784	MUNICÍPIO DE MIRANDELA	943 457,80€	2016	Mirandela	100,00
10.05	10.5 a) Escola Básica e Secundária de Mogadouro	506851168	MUNICÍPIO DE MOGADOURO	300 000,00€	2016	Mogadouro	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quentes; aquecimento, ventilação e ar condicionado) nos seguintes edificios: Paços do Concelho	506851168	MUNICÍPIO DE MOGADOURO	612 463,70€	2016	Mogadouro	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quentes; aquecimento, ventilação e ar condicionado) nos seguintes edificios: piscina coberta	506851168	MUNICÍPIO DE MOGADOURO	175 000,00€	2016	Mogadouro	100,00
10.05	10.5 a) Escola 2º e 3º Ciclo e Secundária	506696464	Município de Vila Flor	500 000,00€	2016	Vila Flor	100,00
10.05	10.5 a) Intervenções na Escola pré+EB1 de acolhimento	506696464	Município de Vila Flor	1 366 664,70€	2016	Vila Flor	100,00
03.M04	3.4 a) Reforço da segurança da barragem da Freixeda	506696464	Município de Vila Flor	176 470,58€	2016	Vila Flor	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados (produção de águas quentes; aquecimento, ventilação e ar condicionado) nos seguintes edificios: Paços do Concelho	506696464	Município de Vila Flor	501 360,97€	2016	Vila Flor	100,00
03.M04	3.4 a) Modernização e requalificação do sistema de Regadio de Avelanoso, Modernização e requalificação do sistema de regadio de Angueira	506627888	Município de Vimioso	350 000,00€	2016	Vimioso	100,00

04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados nos seguintes edificios:Paços do Concelho	506627888	MUNICIPIO DE VIMIOSO	275 000,00€	2016	Vimioso	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados nos seguintes edificios: Biblioteca Municipal e Casa da Cultura	506627888	MUNICIPIO DE VIMIOSO	265 870,40€	2016	Vimioso	100,00
03.M04	3.4 a) Melhoria das condições de segurança da Barragem de Prada	600000354	DRAPN	296 764,70€	2016	Vinhais	100,00
03.M04	3.4 a) Regadio em Dine, Regadio em Fresulfe, Regadio Tradicional de Soeira, Regadio Tradicional de Mofreita	510840280	UF Fresulfe/Soeira e Mofreira	45 000,00€	2016	Vinhais	100,00
03.M04	3.4 a) Regadio em Ferreiros, Regadio Tradicional de S. Jumil	510841198	UF Vilar de Lomba/São Jumil	20 000,00€	2016	Vinhais	100,00
03.M04	3.4 a) Regadio em Landedo, Regadio Tradicional de Moimenta	510838014	UF Moimenta/Montouto	25 000,00€	2016	Vinhais	100,00
03.M04	3.4 a) Regadio em Negreda, Regadio em S. Cibrão, Regadio em Mós de Celas, Regadio Tradicional de Celas	506900827	JF de Celas	65 000,00€	2016	Vinhais	100,00
03.M04	3.4 a) Regadio em Sandim, Regadio em Edrosa, Regadio em Edral, Regadio Tradicional de Brito de Lomba	506917312	JF Edral	65 000,00€	2016	Vinhais	100,00
03.M04	3.4 a) Regadio em Zido, Regadio em Lagarelhos, Regadio Tradicional de Vilar de Ossos	506900789	JF de Vilar de Ossos	40 000,00€	2016	Vinhais	100,00
03.M04	3.4 a) Regadio Tradicional de Nuzedo de Baixo	506974880	JF Vale das Fontes	10 000,00€	2016	Vinhais	100,00
03.M04	3.4 a) Regadio Tradicional de Penhas Juntas	506993094	JF de Penhas Juntas	10 000,00€	2016	Vinhais	100,00
03.M04	3.4 a) Regadio Tradicional de Santa Cruz, Regadio Tradicional de Travanca	510840655	UF Travanca/Santa Cruz	15 000,00€	2016	Vinhais	100,00

04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados nos seguintes edificios: Paços do Concelho	501156003	MUNICIPIO DE VINHAIS	374 738,75€	2016	Vinhais	100,00
04.03	4.3 a) Reabilitação energética (após a realização de auditoria e estudo tecnico-financeiro), realizando intervenções na envolvente opada e envidraçada dos edificios, na iluminação interior e nos sistemas técnicos instalados nos seguintes edificios: Casa do Povo / Serviços de Apoio ao Munícipe	501156003	MUNICIPIO DE VINHAIS	422 942,90€	2016	Vinhais	100,00
10.05	10.5 a) Centro Escolar de Vinhais (Escola Básica e Secundária D. Afonso III)	501156003	MUNICIPIO DE VINHAIS	2 816 667,05€	2016	Vinhais	100,00
10.01	10.1 a) PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR EM TTM - Componente CIM-TTM (Conceção do Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar e sua execução – Parceiros: Escolas/ agrupamentos escolares)	510957544	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES	6 370 960,85€	2016		100,00
02.03	2.3 a) Implementação da plataforma Trás-os-Montes Conectado que permitirá a interoperabilidade entre os sistemas de informação instalados nos nove Municípios, o alargamento da rede wi-fi, a implentação da cloud privada da CIM-TTM.	510957544	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES	2 702 693,14€	2016		100,00
02.03	2.3 b)Aquisição e implementação de uma plataforma de integração e repositório de informação com um sistema de visualização e exploração de informação (plataforma smart), permitindo o acesso a indicadores de gestão e uma gestão otimizada da informação proveniente de fontes dispares de dados (áreas de saúde, saneamento, turismo, higiene e segurança, ambiente urbano e melhorando a compreensão dos acontecimentos no terreno de forma perceptível e intuitiva.	510957544	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES	200 000,00€	2016		100,00

02.03	2.3 c)Aquisição/ adaptação de veículos automóveis a utilizar como serviços itinerantes na região, promovendo o acesso e proximidade dos cidadãos aos serviços publicos	510957544	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES	540 000,00€	2016		100,00
05.02	5.2 a) Câmaras de vigilância na Serra da Castanheira, Serra de Bornes e Serra de Nogueira.	510957544	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES	75 000,00€	2016		100,00
06.01	6.1 a) Criação de instrumentos de sensibilização e comunicação sobre reutilização, reciclagem e compostagem doméstica ou coletiva (e.x.: produção de conteúdos, rótulos, parcerias com imprensa escrita, conferências, reuniões) Parceiros: Câmaras Municipais; Resíduos do Nordeste	505542331	RESIDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.	21 323,53€	2016		100,00
06.01	6.1 a) Realização ações de educação e sensibilização com o enfoque nos primeiros patamares da pirâmide de resíduos (prevenção, reutilização e reciclagem) – Parceiros: Câmaras Municipais; Resíduos do Nordeste	505542331	RESIDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.	100 000,00€	2016		100,00
08.03	8.3 d) APOIO AO EMPREENDEDORISMO EM TTM - Componente da CIM-TTM (Criação de um Sistema de Incentivos (entre 100.000 e 235.000Euros) que permita operacionalizar um mecanismo contínuo de financiamento a empreendedores, com o objetivo de apoiar novas iniciativas empresariais que visem a criação de emprego; criação de programa com base no apoio microinvest e invest + como fomento da criação de emprego de pequena dimensão e o empreendedorismo)	510957544	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES	9 871 890,49€	2016		100,00
08.03	8.3 e) APOIO AO EMPREENDEDORISMO EM TTM - Componente IEFP (Promoção da criação de empresas por jovens desempregados, tendo como modalidades os apoios ao investimento, à criação do próprio emprego e técnico)	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	384 715,78€	2016		100,00

08.03	8.3 e) APOIO AO EMPREENDEDORISMO EM TTM - Componente da CASES	509266614	CASES	9 617,89€	2016		100,00
08.03	8.3 e) APOIO AO EMPREENDEDORISMO EM TTM - Componente do IPDJ	510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE (IPDJ)	9 617,89€	2016		100,00
08.08	8.8 b) APOIO AO EMPREENDEDORISMO EM TTM - Componente da CIM-TTM (Criação de um Sistema de Incentivos (entre 100.000 e 235.000Euros) que permita operacionalizar um mecanismo contínuo de financiamento a empreendedores, com o objetivo de apoiar novas iniciativas empresariais que visem a criação de emprego)	510957544	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES	1 150 000,00€	2016		100,00
08.08	8.8 c) APOIO AO EMPREENDEDORISMO EM TTM - Componente do IEFP (Promoção da criação de empresas por jovens desempregados, tendo como modalidades os apoios ao investimento, à criação do próprio emprego e técnico)	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	1 898 171,55€	2016		100,00
08.08	8.8 c) APOIO AO EMPREENDEDORISMO EM TTM - Componente da CASES	509266614	CASES	49 951,88€	2016		100,00
08.08	8.8 c) APOIO AO EMPREENDEDORISMO EM TTM - Componente do IPDJ	510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE (IPDJ)	49 951,88€	2016		100,00
09.01	9.1 a) CONTRATOS DE EMPREGO E INSERÇÃO TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES (Oferta de programas de emprego e inserção que visem a realização de trabalhos socialmente necessários (que satisfaçam necessidades sociais ou colectivas temporárias) em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, por parte de desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego)	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	11 657 415,02€	2016		100,00
09.07	9.7 a)Equipamentos Sociais	510957544	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES	3 948 150,97€	2016		100,00
09.01	9.1 d) Bolsa Especializada de Voluntariado	509266614	CASES	322 469,63€	2016		100,00

09.04	9.4 b) Idade Mais - Projecto Envelhecimento + Activo	510957544	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES	1 779 279,91€	2016		100,00

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES	NIF	510957544
Submetido por	EIDT	NIF	EIDT
Data de Submissão	24-07-2015		